SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/08/2015 - Instituto Telecom

Governo refaz contas e corta R$ 30 bilhões dos gastos previstos para o Banda Larga para Todos

O governo refez as contas e já avalia os gastos com o Banda Larga para Todos em R$ 20 bilhões, ante os R$ 50 bilhões previstos inicialmente. Isso sem reduzir as metas, de alcançar 90% dos municípios brasileiros com fibras óticas e 45% dos domicílios com fibras próximas, além de velocidade média de 25 Mbps até 2019. Porém, ainda não há uma definição da data do lançamento do programa. O programa, vale lembrar, vinha sendo duramente criticado pelas empresas por ser economicamente desinteressante. Com menos recursos públicos previstos, o quadro tende a piorar.

Segundo o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, o governo vai arcar com a diferença do custo das redes (Valor Presente Líquido – VPL – negativo) e as receitas projetadas a serem auferidas com o serviço. Esses custos seriam bancados por créditos do Fistel, que serão leiloados e efetivamente pagos no prazo de dois anos.

Martinhão, que falou nesta terça-feira, 11, para os integrantes da subcomissão de telefonia móvel e TV por assinatura da Câmara, afirmou que falta aos ministérios da Fazenda e do Planejamento autorizarem o crédito, dentro da programação tributária, para que o programa seja lançado. Outro ponto que ainda está em estudo é a possibilidade de obrigar as operadoras a abrir as novas redes para outras prestadoras, evitando o feriado regulatório proposto pela Anatel no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) para as novas infraestruturas de fibras construídas com o dinheiro das operadoras. "No caso do Banda Larga para Todos, haverá dinheiro público", argumenta.

Há ainda outra contrapartida em estudo, a de obrigar as operadoras a ofertarem um plano básico dentro do programa, com preço e velocidade estipulados previamente, como acontece no programa Banda Larga Popular. "Isso tudo tem impacto financeiro e nós ainda precisamos avaliar se será possível", disse o secretário.

Uma das estratégias previstas para redes de transporte e acesso sem impactar tanto os cofres públicos é o leilão reverso. O diretor do departamento de banda larga do Minicom, André Moura Gomes, confirmou a este noticiário que a viabilidade depende de uma escala mínima, e que o governo está fazendo estudos técnicos que serão "atualizados e revistos até pouco antes do dia em que sair o edital". Com isso, será possível dimensionar a escala para a ajuda e o quanto o governo poderá investir.

Velocidade média

Martinhão fez questão de esclarecer que a velocidade de 25 Mbps, prevista no programa, é uma média. "Vai ter gente com acesso a 100 Mbps e gente com 10 Mbps", afirmou, rebatendo a posição adotada pelo conselheiro da Anatel, Marcelo Bechara, que disse na mesma subcomissão que a meta era inexequível.

Outro esclarecimento feito pelo secretário de Telecomunicações é de que os 45% dos domicílios que terão fibras óticas próximas estarão nas cidades com mais de 100 mil habitantes e nas regiões metropolitanas dos grandes centros. "Nas cidades menores, onde a demanda pelo serviço também é reduzida, a cobertura pode ser feita por rádio", afirmou.

Martinhão disse que os pequenos provedores já se comprometeram a cobrir com fibra 1.284 distritos onde há viabilidade econômica, desde que tenham investimentos. "Para isso, o legislativo precisará aprovar um projeto de lei que estabeleça um fundo de aval para que essas empresas tenham acesso a empréstimos diferenciados", disse. Outra possibilidade também em exame é a de priorizar a cobertura em que haja o engajamento dos governos estaduais por meio de créditos do ICMS.

A subcomissão especial de telefonia móvel e TV por assinatura tem como objetivo apresentar soluções para assegurar serviços de telecomunicações de baixo custo, mas com qualidade. O presidente da subcomissão, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) disse que apresentará sua proposta até o final do ano.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/08/2015 - Telesíntese

Algar, Nextel e Oi têm REPNBL aprovado

O Ministério das Comunicações publicou hoje, 11, no DOU novas portarias de autorização de construção de redes de banda larga com isenção de PIS/Cofins.

Projetos de construção de redes de banda larga da Algar Telecom, Nextel e Oi foram aprovados hoje, 11, pelo Ministério das Comunicações no programa " Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Rede".

A Nextel teve aprovado projetos no valor de R$ 1o,4 milhões para a construção da rede de acesso móvel em Minas Gerais; de R$ 5,9 milhões para Goiás; de R$ 7,1 milhões para a rede de acesso móvel no Paraná; de R$ 10 milhões em Santa Catarina e de R$ 8,3 milhões no Rio Grande do Sul.

A Oi teve aprovada a construção de uma rede de transporte óptico no valor de R$ 849 milhões. A Algar Telecom, por sua vez, vai instalar redes metálicas em cidades de sua região para a geração LTE.

11/08/2015 - Observatório da Imprensa

A precarização do trabalho e os 'frilas fixos'

Nas minhas pesquisas sobre a história das enciclopédias no Brasil – no que tange à sua edição, às escolhas e à escrita de verbetes, à circulação de saberes linguísticos e científicos –, frequentemente deparo com listas de colaboradores, redatores, editores que nunca ganharam visibilidade no mercado editorial, graças à prática de auto-apagamento do trabalho de edição de livros. Desde o começo do século 20, pelo menos, essa é uma constante que se repete modernamente.

A enciclopédia Thesouro da juventude foi publicada assim, pela iniciativa privada. Algumas obras governamentais do já extinto Instituto Nacional do Livro também. É da política editorial de muitas empresas não incluir, anular ou muitas vezes impedir a impressão dos nomes dos revisores, dos copidesques, dos cotejadores, dos diagramadores etc. nas páginas iniciais ou finais das publicações, destinadas justamente às informações técnicas sobre os livros. Já outras editoras permitem que os colaboradores tenham seu trabalho reconhecido – em vários sentidos – e divulgado nessas mesmas páginas.

O grupo editorial Record, que nos dias 6 e 7 de agosto de 2015 realizou uma rodada de cerca de cinquenta demissões, é uma dessas empresas que pouco divulgam os nomes de seus colaboradores, internos ou externos: reconhecimento zero nos livros. Até o momento, pouco foi publicado sobre esse enorme número de trabalhadores mandados embora num dos maiores grupos editoriais do país. À frente, tratarei dessas e de outras querelas.

Uma massa fria

Demissões simultâneas. Vários chefes combinam um horário e chamam subalternos ao mesmo tempo para dar a má notícia, diante de planilhas e mais planilhas abertas no computador. O baixo desempenho dos últimos anos, meses, é a desculpa para a demissão, bem como quanto cada setor deve custar para a empresa. O dia já estava marcado como aquele em que ocorreriam as demissões. Todos sabiam. O sentimento foi de terror: gente jovem, com conta e financiamento para pagar, custeando cursos e mais cursos para se capacitar ainda mais para o trabalho editorial. Gente mais madura, com vinte, trinta anos de casa, muita experiência, a memória da própria editora. De acordo com algumas fontes, esse foi o cenário dos dias 6 e 7 de agosto no grupo editorial Record.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Alguns setores foram praticamente extintos. O de literatura nacional, por exemplo, foi quase ceifado pela quantidade de funcionários demitidos: isso num dos grupos editoriais com um dos catálogos mais importantes de livros brasileiros. Num mercado em que já é dificílimo se lançar como autor, esse desgaste na "reorganização" – termo utilizado do lugar do patrão; o empregado chama por aquilo que isso é mesmo: corte e exploração – das grandes editoras piora ainda mais qualquer chance de publicar. O que sobra é escrever livros politicamente incorretos que vendem às dezenas de milhares, felizmente desmentidos depois por historiadores que de fato conhecem o assunto, profunda e criticamente. Nisso os grandes grupos editoriais apostam. E são esses os setores comumente poupados das demissões.

A desculpa da crise, da falta de vendas de livros para o governo pela escassez de editais, do recrudescimento do número de leitores – que se converteram em "preenchedores" de livros de colorir – não exime as grandes editoras de uma responsabilidade: não é incomum que os setores mantidos, os livros aceitos, as editorias privilegiadas não sejam as de literatura nacional, as de arte, as que aceitam novos autores de romance, poesia, contos, crônicas. Investe-se nos setores que consolidam o sucesso de pessoas já renomadas – apresentadores de TV, atores, ex-modelos, cantores decadentes, jornalistas de direita –, os que editam literatura de mercado de circulação internacional, os que lançam livros religiosos como nunca antes. Azar de quem se preocupa com o bom livro, com o livro qualidade, com todo juízo de valor aqui.

Num artigo jornalístico, dificilmente cabe a especulação do porvir. Mas, nesse caso, não creio ser de todo ruim nos perguntarmos sobre o futuro desses profissionais do livro, uma vez que é necessária sua absorção. Quais são as alternativas desses trabalhadores demitidos? O mercado editorial oferece uma solução: o trabalho como freelancer.

Irregularidade trabalhista

Normalmente, o sujeito entra – ou se mantém, no caso de uma demissão – no mercado editorial como estagiário ou fazendo "frilas". São diversas as etapas de produção de um livro até seu lançamento, e as editoras não possuem em seus quadros internos empregados para todo o processo. Justificável em alguns casos, já que cada projeto é um projeto. Por outro lado, economicamente vantajoso para a editora, já que é muito mais barato pagar um revisor à distância que manter um interno. Não há de se preocupar com seu deslocamento, com alimentação, com o cumprimento de apenas oito horas diárias e um máximo de duas horas extras por dia. O freelancer faz seu horário e tem de se preocupar, ele mesmo, com sua previdência: tudo como se fosse autoconduzido à exploração de seu trabalho.

A presença de "frilas fixos" nas editoras não é nenhuma novidade: a capistas, designers, produtores editorais, revisores, tradutores etc. é prometido o pagamento de uma remuneração fixa pouco mais alta que o valor de mercado para que os colaboradores prestem seus serviços exclusivamente para a casa editorial pagante. Na prática, são profissionais sem direitos trabalhistas que a qualquer momento podem ser desligados de suas funções sem o pagamento de rescisão de contrato, sem FGTS, sem aviso-prévio. Sim, acontece. Sim, em mais de uma editora. Sim, em quase todas as grandes. E, não, não há escolha, hoje, se o profissional quiser se manter no mercado como autônomo, a não ser aceitar essas condições e agradecer a cada trabalho. Também não há escolha, a quem quer se manter dentro das grandes editoras com carteira assinada, a não ser se submeter ao papel de contratar esses autônomos, às vezes ciente de que o que se cobra é muito mais do que se pode humanamente cumprir, em termos de carga física e temporal de trabalho.

Os prestadores de serviço se mantêm calados, não raro com medo de retaliações das editoras, que podem simplesmente cessar a oferta de frilas, uma vez que, nas palavras de muitos, "o mercado é pequeno", "todo mundo se conhece", "não quero ser deixado na geladeira". Esse temor de gente bem-formada e competente – com graduação, especializações, MBAs, mestrados, doutorados; conhecimento de duas, três, quatro línguas além da nativa; frequência em diversos cursos de atualização – se traduz numa expressão antiga, mas atualíssima: precarização das relações de trabalho. Precarização das relações do trabalho com livros: em geral, quando de não ficção, livros de direita; quando de ficção, livros de literatura traduzidos do inglês.

Leia mais em:
http://fndc.org.br/clipping/a-precarizacao-do-trabalho-e-os--frilas-fixos-943170/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/08/2015 - CUT

MPF retoma ação contra "Veja" por reportagem de "cunho racista"

Tribunal autoriza continuidade de causa na qual revista é processada por danos morais

Especial

A FARRA DA ANTROPOLOGIA OPORTUNISTA

Critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas de organizações não governamentais e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir

015 ESCOLAR

Os novos canibais

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) acolheu um recurso do Ministério Público Federal e determinou que a 26ª Vara Cível federal, em São Paulo, dê prosseguimento à ação civil pública aberta pelo MPF contra a Editora Abril, que publica a revista Veja, por danos morais coletivos. O MPF processa a publicação por conta de uma reportagem considerada discriminatória contraindígenas e quilombolas e pede indenização mínima de R$ 1 milhão.

O MPF propôs a ação em agosto de 2014, quatro anos após a publicação da reportagem "A farra da antropologia oportunista", mas o juiz de primeira instância declarou o processo prescrito, com base no prazo de três anos previsto no Código Civil para pedidos de reparação civil.

Para o desembargador federal Carlos Muta, do TRF-3, o período máximo para o ajuizamento de ação civil pública em matérias que envolvem direitos coletivos é de cinco anos, no entanto, conforme a Lei 4.717/65.

De acordo com o MPF, "o texto da revistaVeja baseou-se em informações distorcidas e expressões injuriosas" para criticar o processo de demarcação de reservas aos povos tradicionais. A reportagem, diz o MPF, "procurou caracterizar a criação de novas reservas como fruto do conchavo entre ativistas que sobreviveriam dos sucessos das demarcações, agentes públicos e antropólogos cujo trabalho não teria nenhum rigor científico, mas simplesmente viés ideológico de esquerda".

Segundo a procuradoria, Veja "utiliza vários termos depreciativos que incitam o preconceito contra as comunidades indígenas e outras minorias étnicas", como a expressão "os novos canibais" para definir os Tupinambás.

Ainda segundo o MPF, a reportagem "distorceu as declarações de dois renomados antropólogos que se dedicam ao estudo das questões indígenas". São eles professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Pereira Gomes, e o pesquisador da UFF Eduardo Viveiros de Castro. Após a publicação, lembra o MPF, ambos "escreveram aos editores da revista, indignados com o fato de que as frases a eles atribuídas eram opostas ao que realmente pensam sobre o tema."

Segundo o MPF, a procuradora da República Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein, autora da ação contra Veja, avalia que "declarações de cunho racista e que promovem a discriminação contra minorias étnicas não podem ser toleradas a pretexto de liberdade de expressão e de imprensa". Segundo Schnitzlein, esses direitos fundamentais não se confundem com "o puro e simples discurso de ódio camuflado de reportagem jornalística".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/08/2015 - Brasil de Fato

Quanto mais rico, menos impostos pagos

No Brasil, apenas 71 mil pessoas concentram 22% de toda a riqueza declarada. Sistema tributário preserva esse privilégio.

A Receita Federal divulgou recentemente os dados das declarações do imposto de renda das pessoas físicas, entre 2008 e 2014. As informações escancaram a impressionante desigualdade econômica da população brasileira. O número de contribuintes com renda mensal acima de 160 salários mínimos (ouque ganham mais de R$ 1,3 milhão de reais por ano) corresponde a apenas 0,3% do total. É uma pequena elite de 71.440 pessoas, entre os mais de 26,4 milhões de pessoas que declararam o imposto referente ao ano de 2013.

Esse topo da pirâmide social totalizou rendimentos de R$ 298 bilhões e possui patrimônio de R$ 1,2 trilhão. É tanta riqueza que faz com que essas 71 mil pessoas, que não passam de 0,05% da população economicamente ativa, sejam donas de quase 22% das propriedades, bens e ativos financeiros declarados. Somadas com os outros 136 mil brasileiros com renda acima de 80 salários mínimos por mês, essa elite passa a ser dona de 30% da riqueza no Brasil.

Injustiça tributária

A divulgação desses dados é uma ação inédita do governo. Além de demonstrar a desigualdade de renda, os números denunciam também a injustiça tributária praticada no país. Para se ter uma ideia, essa camada mais rica tem 6,4% de sua renda retida na fonte pela Receita, em média. Já os extratos intermediários, gente que tem rendimentos anuais entre 20 e 40 salários mínimos (R$ 162.420 e R$ 325.440) pagam 11,7% de imposto retido na fonte. No caso do imposto de renda, ele só é progressivo até uma determinada faixa de renda. Quem recebe acima de R$ 4.664 por mês, paga a mesma alíquota de que ganha R$ 10 mil, R$ 50 mil ou R$ 300 mil mensais.

Além disso, a isenção tributária privilegia os mais ricos, já que boa parte dos bens e ativos não recolhem impostos. Um dos exemplos mais clássicos é a isenção para bens de luxo, como iates e aeronaves. Outro flagrante é a não tributação de lucros e dividendos recebidos por acionistas e sócios de empresas. Esse privilégio foi assegurado em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sob o argumento de que o lucro já era tributado ao nível da empresa e não poderia ser taxado duas vezes. Ocorre que, entre as 34 nações desenvolvidas que da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas a Estônia garante essa isenção. Como resultado desse esquema, cerca de 40% da carga tributária brasileira, atualmente, é composta por impostos indiretos, que são aqueles embutidos nos produtos de consumo, que acabam pesando no bolso dos mais pobres. A população de baixa renda e as classes médias comprometem 32,8% dos seus rendimentos com impostos, enquanto os 10% mais ricos gastam 22,7% da sua renda com tributos.

Para o economista Rodrigo Orair, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as informações sobre imposto de renda demonstram que a desigualdade é ainda muito maior do se pensa no Brasil. "O grande problema é a tributação do consumo, que compromete quase tudo que os mais pobres ganham, e a profunda a diferença com os mais ricos", analisa.

Países ricos taxam os seus riscos

O Brasil vai na contramão da maioria dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo. Em média, a tributação total da renda representa, em termos de carga tributária, 57% do total nos Estados Unidos, 64% na França e 48% na Alemanha. Significa que, proporcionalmente, os mais ricos pagam mais impostos e os mais pobres pagam menos. Nesses mesmos países, a carga tributária sobre a produção e consumo, que é igualmente paga por ricos e pobres através dos produtos, e não passa de 18% nos EUA ou de 25%, na França. Já no Brasil, corresponde a mais da metade. Por outro lado, o imposto sobre os rendimentos é tímido em nosso país, não ultrapassa 35% da carga tributária.

"As pessoas reclamam de ter que pagar imposto de renda, IPTU, IPVA, mas não vê que tá pagando muito mais de ICMS, IPI, Cofins, de forma invisível sobre o consumo", exemplifica Rodrigo Orair, economista do Ipea. Isso afeta também a competividade da economia, pois tornam os custos de produção e, consequentemente, dos produtos, muito mais caros no mercado brasileiro, penalizando a população mais pobre.

Grandes fortunas

Mestre em Finanças Públicas e ex-secretário de Finanças da prefeitura de São Paulo, Amir Khair propõe o imposto sobre grandes fortunas (IGF), como uma das formas de fazer justiça tributária e aliviar os impostos que incidem sobre os mais pobres. Em entrevista concedida à revista Carta Capital, Khair estipulou que o governo poderia arrecadar mais de R$ 100 bilhões de reais em impostos se implantasse a taxação das grandes fortunas. Esse valor é muito superior ao que o governo Dilma quer economizar esse ano (cerca de R$ 66 bilhões) como parte do ajuste fiscal.

Na avaliação do economista, se os patrimônios acima de R$ 1 milhão fossem taxados (com uma alíquota baixa, de até 1%), no máximo 5% da população brasileira seria atingida e, como resultado, o governo poderia aliviar a carga tributária sobre o consumo, que no Brasil é uma das mais altas do mundo. "Quando você tem uma tributação mais equilibrada, como nos países desenvolvidos, essa tributação sobre o consumo não excede 30%, e você tem bens a preços melhores para o consumo da população", analisa.

11/08/2015 - Rede Brasil Atual

Dilma estima redução de até 20% no valor adicional cobrado em contas de luz

A presidenta Dilma Rousseff disse hoje (11) que a melhora na situação hidrológica nos reservatórios brasileiros deverá resultar em uma redução entre 15% e 20% no valor adicional pago pela energia elétrica. O valor adicional é indicado pelas bandeiras verde, amarela e vermelha, mecanismo adotado nas contas de luz para informar ao consumidor se ele está pagando mais caro pela energia.

Apesar da melhora do nível dos reservatórios, ainda não está prevista mudança da bandeira vermelha para a amarela, informou o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, durante o lançamento do Programa de Investimento em Energia Elétrica (PIEE).

A redução dos valores será possível graças ao desligamento de 21 usinas termelétricas que produziam cerca de 2 mil megawatts (MW) médios de energia a um custo alto. "Tenho certeza de que agora estamos numa situação bem melhor, e esse encarecimento do fornecimento de luz começará a ser progressivamente revertido", disse a presidenta, ao lembrar que, no último sábado (9), algumas termelétricas começaram a ser desligadas.

De acordo com a presidenta, tal cenário vai permitir a redução de até 20% do custo dentro da bandeira vermelha. "Mas isso é uma estimativa", destacou Dilma. O ministro Eduardo Braga informou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai abrir audiências públicas para definir de quanto será essa redução da bandeira vermelha.

"(A situação atual dos reservatórios) abre oportunidade para que a Aneel possa, a partir desta semana, abrir discussão sobre novo valor para a bandeira vermelha. Todos os estudos apontam para uma redução de 15% a 20 % e que o novo valor da bandeira impacte nas contas a partir de setembro", disse Braga. "Para o consumidor, o que pode acontecer é o valor da tarifa vermelha baixar dos atuais R$ 5,5 (por 100 MW consumidos) para R$ 5 ou R$ 4,5. Essa é a nossa expectativa."

Segundo o ministro, ainda não é possível mudar da bandeira vermelha para a amarela porque o país passou por um intenso período seco. "Sem a recuperação dos nossos reservatórios, não teremos segurança entre o que temos de despacho de térmica para passar para a bandeira amarela. Isso significa dizer que só quando fizermos uma nova análise, no inicio do período úmido, poderemos migrar para a bandeira amarela", afirmou Braga.